

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017

NECA
Associação dos Pesquisadores e Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a **Criança e o Adolescente**

SUMÁRIO

02 APRESENTAÇÃO

05 FORMAÇÃO

06 Acolhimento Institucional
17 Acolhimento Familiar
19 Trabalho Social com Famílias
20 Conselho Tutelar
22 Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente
23 Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes
24 Enfrentamento ao Trabalho Infantil
25 Socioeducação
28 Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS

31 SUPERVISÃO

34 ASSESSORIA

36 OFICINAS, CURSOS E SEMINÁRIOS

42 MOVIMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

42 Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária do Brasil (MNPCFC)
45 Federação Internacional de Comunidades Educativas – FICE
46 Rede Nacional Primeira Infância – RNPI
46 Rede Nossa São Paulo

47 QUEM SOMOS

APRESENTAÇÃO

O ano de 2017 foi um ano de muito trabalho, aprendizagens e de grandes resultados para Neca – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente.

Contribuir com os processos de reordenamento dos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, em parceria com a empresa SpecialDog, de Ourinhos, em parceria com a Secretaria de Assistência Social do município e a Vara da Infância da região, e de Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Hortolândia, Jaguariúna e Piracaia, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo e o Condeca, nos possibilitou desenvolver o conhecimento da realidade desses municípios e a identificação de estratégias específicas de reordenamento para cada realidade.

Com os cursos sobre Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Afetivo pudemos contribuir com a reflexão sobre a importância da implementação de novas alternativas de cuidados para as crianças e adolescentes afastados do cuidado parental. Nosso IV Seminário sobre Qualidade do Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes debateu mais um aspecto importante para os processos de reordenamento: a escuta das crianças e adolescentes acolhidos.

Destaca-se a oportunidade de realizar uma formação para os orientadores sociais dos 136 serviços de acolhimento de crianças e adolescentes do município de São Paulo e dos 63 serviços municipais de atendimento responsáveis pelas medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo – SMADS e com a Unesco.

Realizar nossas formações, cursos e oficinas em municípios como Morro Agudo, Iperó, Tarumã, Capivari, Jacareí, Itapetininga,entre tantos outros, nos possibilitou entender a operacionalização dos serviços socioassistenciais em

municípios com realidades completamente diferentes. A dedicação e compromisso dos profissionais desses municípios confirmou a importância do nosso trabalho formativo.

Os resultados alcançados com a experiência realizada com os nove municípios da Baixada Santista sobre Trabalho Social com Famílias, nos possibilitará, mais uma vez com o apoio da Petrobrás, sua disseminação nos municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo em 2018 e 2019.

A assessoria realizada para o Grupo de Trabalho Política Pública de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua e na Rua do município de São Paulo resultou na elaboração do documento "Subsídios para a Elaboração do Plano Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes de rua e na rua para a cidade de São Paulo". O grande desafio para 2018 será a transformação das propostas formuladas em uma Política de Atenção a Crianças e Adolescente em Situação de Rua e na Rua e a sua implementação na cidade de São Paulo.

Os cursos e oficinas oferecidos na sede do Neca mais uma vez se constituiu em um espaço de troca de experiências e reflexão sobre a realidade de diferentes municípios. Só o município de Praia Grande, por meio da Secretaria de Assistência Social do município, inscreveu 32 profissionais em nossos cursos.

No final de 2017, realizamos o primeiro curso para gestores da assistência social, reconhecendo a importância dessa função para o fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.



Comitê Gestor do Neca, formado por Maria Lúcia Gulassa, Alice Bittencourt, Maria do Carmo Krehan, Dayse Bernardi, Celso Veras Baptista, Milton Fiks, Maria Angela Rudge e Isa Maria Guará.

Durante todo o ano participaram das nossas atividades formativas 4.335 profissionais de 88 municípios de nove Estados brasileiros e do Distrito Federal.

Mas 2017 foi um ano também de muita preocupação. A crise política e econômica do país tem levado a um desmanche das políticas públicas de proteção social que ainda estão sendo construídas. Quando se enfraquece as políticas sociais de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade, quando se precariza as relações de trabalho, quando não se combate a desigualdade, se enfraquece a família e nela, a sua parte mais vulnerável: a criança e o adolescente.

Ainda dentro desse contexto, o Neca, em parceria com o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária – MNPCFC, assumiu forte posicionamento técnico e político na defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, manifestando-se contrariamente aos projetos de lei que tramitaram e ainda tramitam no Congresso Nacional que pretendem fazer da adoção uma política pública com o abreviamento do tempo de acolhimento por meio da facilitação da destituição do poder familiar.

Para descrever todas as ações realizadas durante 2017, dividimos o presente relatório em cinco eixos de trabalho:1) Formação; 2) Supervisão, 3) Assessoria, 4) Oficinas, cursos e seminários, e 5) Movimentos nacionais e internacionais. No eixo Formação, os projetos foram divididos em temas:1) Acolhimento Institucional, 2) Acolhimento Familiar, 3) Trabalho Social com Famílias, 4) Conselhos Tutelar e de Direitos, 5) Enfrentamento à Violência Física e Sexual contra Crianças e Adolescentes e ao Trabalho Infantil, 6) Socioeducação, e 7) Fortalecimento do Sistema Único da Assistência Social.

Por fim, agradecemos a todos os profissionais que atuaram em nossos projetos e a todos os parceiros que acreditaram no nosso trabalho.

FORMAÇÃO

As normativas legais e as políticas públicas do país, que foram redefinidas a partir da mudança de paradigmas da situação irregular do Código de Menores (1979) para o paradigma da proteção integral do ECA (1990), revolucionaram as propositivas do trabalho social além de redimensionarem as ações para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Tais mudanças passaram a nortear a construção de subsídios e orientações técnicas para os serviços socioassistenciais.

Porém, para a sua efetiva implantação, essa nova referência normativa pressupõe um processo gradativo de mudança de cultura com a adoção de procedimentos e atitudes que, de fato, sejam coerentes com o paradigma da proteção integral. Para que as diretrizes e os parâmetros colocados por essas normativas legais possam ser compreendidos e incorporados na prática cotidiana dos atores responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes é fundamental o desenvolvimento constante da formação desses atores.

Nesse sentido, a formação oferecida pelo Neca visa o fortalecimento dos profissionais para que, na troca de experiências e revisão de conceitos, eles possam planejar e realizar as mudanças viáveis das práticas cotidianas de modo a qualificar suas ações de acolhimento, reparação, socioeducação e reintegração familiar e comunitária das crianças e adolescentes atendidos. Baseada na participação ativa dos profissionais, a formação procura criar espaços de reflexão dialógicos e participativos sobre as práticas usuais dos serviços, de forma a viabilizar mudanças de atitudes e de ações, mais condizentes com as aquisições teóricas do comportamento humano, reconhecidos estudos científicos e as normativas ético-legais em vigor no país.

Em 2017, o Neca, para contribuir com o fortalecimento das práticas de proteção à crianças e adolescentes na perspectiva da proteção integral, desenvolveu projetos de formação nos temas: Acolhimento Institucional, Acolhimento Familiar, Trabalho Social com Famílias, Socioeducação, Conselho Tutelar, Conselho de Direitos, Enfrentamento à Violência e ao Trabalho Infantil, Fortalecimento do SUAS.

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Em 09/10/2012, foi firmada pelos Conselhos Nacionais dos órgãos do Sistema de Justiça e Ministérios afins1, a Estratégia da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente que estabelece como um de seus eixos a *Estratégia Nacional de Promoção da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes.* A referida *Estratégia Nacional* objetiva a redução dos índices de institucionalização, o reordenamento e monitoramento dos serviços de acolhimento, o estímulo à elaboração de projetos político-pedagógicos e de planos individuais de atendimento, bem como o fortalecimento da autonomia dos adolescentes mediante inclusão em programas de educação tecnológica e profissional.

Nessa perspectiva, em 2017, o Neca desenvolveu três projetos voltados ao fortalecimento de processos de reordenamento dos serviços de acolhimento de oito municípios.

Em **Santa Cruz do Rio Pardo (SP)**, com o apoio da empresa **SpecialDog**, com sede e fábrica nesse município, foi realizado um diagnóstico, entre janeiro e agosto de 2017, que procurou retratara realidade dos serviços socioassistenciais e do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, visando o reordenamento dos dois serviços de acolhimento institucional, com a participação de 37 profissionais. O diagnóstico teve início com a realização de um seminário com todos os atores do Sistema de Garantia de Direitos do município.

O levantamento de dados fez uso de instrumentais como entrevistas diretas, questionário e grupo focal com os profissionais e rodas de conversas com as crianças e adolescentes acolhidos. O objetivo do diagnóstico foi conhecer a realidade local em profundidade, entender as práticas usuais de atendimento às crianças e adolescentes em acolhimento institucional e suas famílias e indicar as mudanças necessárias para a melhoria do reordenamento dos serviços do município, assim como os respectivos resultados a serem alcançados com as mudanças indicadas. Um dos principais pontos identificados no diagnóstico foi a necessidade da formação dos educadores dos serviços de acolhimento e do fortalecimento da rede de serviços. A SpecialDog e o Neca firmaram novo projeto neste sentido que será realizado em 2018 e 2019. A coordenação do projeto foi de **Alice Bittencourt** e a equipe foi composta por **Maria do Carmo Krehan**e **Juliana Saliba Di Thomazo.**

1 Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ministério da Justiça, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Saúde.



Nos municípios do Estado de São Paulo: **Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Hortolândia, Jaguariúna** e **Piracaia,** o Neca desenvolveu o projeto **Cuidado e Proteção: estratégias para o reordenamento da rede de acolhimento de Crianças e Adolescentes**. Este Projeto foi selecionado para apoio pelo **Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo – Condeca** (Processo CONDECA Nº: 558/2016), com contrato assinado em maio de 2017 e inicio das atividades em junho de 2017, em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), com previsão de término em agosto de 2018.

O projeto piloto tem como principal objetivo desenvolver uma metodologia de apoio aos municípios para implementação dos **Planos de Acolhimento,** entendidos como uma estratégia privilegiada do Ministério de Desenvolvimento Social – MDS na qualificação da rede intersetorial de atendimento e dos serviços de acolhimento para garantia da proteção integral e do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais. Tanto para o processo de reordenamento dos serviços preexistentes quanto para a implantação de novas modalidades de serviços alternativos de cuidado, faz-se necessário uma releitura dos planos municipais de acolhimento e a construção de estratégias para colocá-los em ação. A preparação e apoio aos profissionais diretamente envolvidos com a gestão e execução das ações do Plano de Acolhimento nas duas regiões de abrangência deste projeto se darão por meio de formação, presencial e à distância, com conteúdos preparados de acordo com a leitura de cenário das realidades municipais. A sistematização da metodologia e dos resultados do projeto será disponibilizada por meio de um relatório virtual e impresso aos participantes e demais municípios interessados.

A Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS sugeriu as Diretorias Regionais da Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS Campinas e Grande São Paulo Leste que aceitaram participar do projeto e, de acordo com os critérios eletivos da proposta, definiram os seis municípios participantes. Os Secretários Municipais de Assistência Social foram visitados e convidados a assinar um Termo de Colaboração para o desenvolvimento do projeto no município, com o apoio da DRADS e SEDS.

Com metodologia de pesquisa-ação e ampla participação para seu desenvolvimento, o projeto foi organizado em etapas, tendo realizado entre junho e dezembro de 2017 o Planejamento Geral, a Mobilização das DRADS e dos Municípios, Seminários de Sensibilização por DRADS, a etapa diagnóstica com leitura de cenário por município e o início da formação presencial e à distância das redes municipais por DRADS.

Em agosto e setembro foi realizado em cada um dos seis municípios o **Encontro da Rede Municipal de Proteção da Criança e do Adolescente** com o objetivo de apresentar o projeto Cuidado e Proteção e a proposta de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento, sensibilizando-os e convidando-os a participar do projeto. Houve uma breve apresentação do panorama nacional e internacional do reordenamento dos serviços de acolhimento, suas premissas e fundamentações legais e teóricas e a definição dos Grupos de Referência, atingindo **165 participantes** assim distribuídos: Jaguariúna: 22; Hortolândia: 32; Piracaia: 39, totalizando 93 participantes na DRADS de Campinas. Em Biritiba Mirim: 20, Ferraz de Vasconcelos: 21, Itaquaquecetuba: 31, totalizando 72 participantes na DRADS Grande SP Leste, representando 12 instituições/áreas.

Biritiba-Mirim (SP)



O **Seminário de Sensibilização** foi realizado por DRADS e reuniu os grupos de referência escolhidos pelos municípios para acompanhar o projeto e participar do processo formativo. A DRADS de Campinas reuniu 37 representantes em Hortolândia. A DRADS da Grande São Paulo Leste reuniu 34 participantes em Biritiba Mirim, totalizando **71 participantes**.

A **Etapa Diagnóstica com Leitura de Cenário por Município** buscou a compreensão, mais aprofundada possível, da situação da rede de proteção do direito da criança e do adolescente nos municípios contemplados por DRADS. Foram levantados dados primários e secundários com aplicação e análise de instrumentais de diagnóstico desenvolvidos pelo projeto para os principais atores da rede de proteção (Serviços de Acolhimento, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, CMDCA). Até outubro de 2017 foram realizadas visitas aos sete serviços de acolhimento institucional existentes nos seis municípios das duas DRADS, reunião com coordenadores e equipe técnica para apresentação do projeto e pactuação da proposta de trabalho.

Ferraz de Vasconcelos (SP)



Itaquaquecetuba (SP)



Em outubro e novembro iniciou-se a **Etapa Formativa Presencial dos representantes das redes municipais por DRADS,** com a realização de dois encontros formativos da série de sete módulos. O **I Encontro formativo** reuniu **69 participantes** em Ferraz de Vasconcelos e Hortolândia. Ele foi planejado a partir dos Planos de Acolhimento Municipais e teve como foco a Revisão do Plano de Acolhimento: dimensão Gestão da Rede, redefinindo os objetivos e metas de 2014 para 2018 e um debate sobre a Negligência: principal motivo de acolhimento em todos os municípios, alinhando-se o conceito e as posturas de prevenção e proteção nestes casos. O **II Encontro Formativo** centrou-se nas atribuições dos atores da rede, visando à construção do fluxo de acolhimento. Foi realizado em Itaquaquecetuba e Jaguariúna e reuniu **62 participantes**.

Participaram diretamente das atividades do Projeto no período de junho a dezembro de 2017**, 367 profissionais** desses seis municípios. Durante esse período também foi planejado, elaborado e colocado em funcionamento o Blog do Projeto, para a formação à distância dos participantes. A página permite o compartilhamento dos materiais pedagógicos (textos, leis e normativas, informações e exercícios) e o registro dos encontros do projeto (notícias, fotos, mensagens, recados).

Para acesso ao BLOG "Cuidado e Proteção" clique em:
http://cuidadoeprotecao.neca.org.br

Para acesso à Página do Facebook acesse o link:
https://www.facebook.com/cuidadoeprotecao



Hortolândia (SP)



Piracaia (SP)



Jaguariúna (SP)

Em **Ourinhos(SP)**, a partir do esforço da equipe da Vara da Infância da Região e da organização social **GIAARO**, o Neca, representado por **Milton Fiks**, realizou um levantamento com as equipes de profissionais do serviço de acolhimento, do CREAS e do CRAS, representantes dos Conselhos Tutelares, com a juíza e a equipe interprofissional da Vara da Infância e da Juventude, representantes da GIAARO, representantes do CMDCA, representantes da saúde, e com os secretários da educação e da assistência social. Esse levantamento teve por objetivo elencar a percepção que esses atores têm sobre as questões que envolvem as conquistas e desafios do município em relação às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade, particularmente as crianças e adolescentes acolhidos.

Os encontros também pretendiam sensibilizar as equipes para a atuação conjunta com os serviços de acolhimento, de forma que as ações pudessem ser planejadas, implementadas e avaliadas, segundo os princípios e diretrizes ético-legais e pelos critérios acordados e fixados nos Projetos Políticos Pedagógicos e nos Planos Individuais de Atendimento – PIAs dos serviços de acolhimento. Participaram das entrevistas **50 profissionais** do município. Após esse levantamento foi realizada uma capacitação com carga horária de 16 horas para a equipe do serviço de acolhimento e para 2018 estão previstos encontros mensais de supervisão com a equipe do serviço.

Nos municípios de **Bragança Paulista (SP)** e São Paulo (SP), desenvolvemos formações sobre o Projeto Político Pedagógico – PPP para serviços de acolhimento desses municípios. O Neca entende que o PPP deve ser construído de forma coletiva, por meio de reflexões grupais constantes que se constituem como formação continuada, possibilitando a inovação do atendimento, processo complexo de se fazer, mas muito prazeroso e criativo. O PPP não é só um registro de uma ação, ele é também uma postura, uma filosofia, uma visão de mundo, com uma concepção de homem, de aprendizagem e de resultado.

Bragança Paulista (SP)



Maria Lucia Gulassae Patrícia da Matta realizaram uma formação para **20 trabalhadores** do serviço de acolhimento institucional Lar da Benção em Bragança Paulista (SP), com funções variadas desde as operacionais até a equipe técnica e coordenação.

A instituição **Nossa Senhora do Bom Parto**, do município de São Paulo, solicitou uma formação com carga horária de 32 horas para as coordenações e equipes técnicas de seis serviços, com o objetivo de preparar as equipes para a elaboração do Projeto Político Pedagógico de cada serviço. Essa formação foi realizada por **Maria Lúcia Gulassa**com o apoio de **Eliane Schutt** e atingiu **23 profissionais**.

A metodologia utilizada foi o grupo operativo, comprovocações realizadas por meio de apresentações em powerpoint, textos, poesias, pequenos filmes, etc.

> "Acredito que o processo de aprendizado é essencial para o ser humano. Hoje podemos discutir temas extremamente relevantes de uma forma lúdica. Adorei as imagens, a história e os grupos. Identificar o que seu colega de trabalho pensa é muito importante, pois, no dia a dia, não há tempo para essas discussões. Estou feliz de trabalhar em uma instituição que pensa no funcionário. Isso nos valoriza e faz com que a gente trabalhe ainda mais feliz. Com certeza essas trocas irão refletir nos cuidados com as crianças e seus familiares." (Participante da formação realizada no Lar da Benção, em Bragança Paulista)"

> "Para mim hoje ficou a marca de que temos que ter um trabalho onde a ética e a autonomia sejam os pilares de sustentação. O encontro de hoje foi gratificante, pois proporcionou em mim o desafio de trazer um método novo de trabalho. (Participante da formação realizada na Bom Parto, em São Paulo)"

Ainda no município de São Paulo, o Neca, em parceria com a UNESCO e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, iniciou, em julho de 2016, o projeto **Contextos e práticas socioeducativas dos SAICAs e CASAS LARES da cidade de São Paulo**. O projeto, voltado para a formação dos orientadores socioeducativos dos SAICAs e CASAS-LARES do município de São Paulo, apresentou um triplo desafio: o de construir uma boa equipe de trabalho que garantisse qualidade ao processo de formação de 38 turmas de 1500 participantes, o de efetivar uma boa parceria com a equipe da Proteção Especial **SMADS, ESPASO e UNESCO** responsável pelo projeto e o de garantir sua concretização em consonância com a gestão interna da Secretaria.

Entre outubro de 2016 e março de 2017, as 38 turmas frequentaram as aulas do curso oferecido pelo Neca, em cinco módulos complementares de cinco horas/aula, cada módulo com uma participação de 136 serviços de acolhimento de São Paulo.

A elaboração de conteúdos para o processo de formação considerou as necessidades concretas da prática profissional, reconhecendo o cotidiano institucional como atravessado por relações sociais e intersubjetivas que interferem na ação educativa, criando tensões que precisam encontrar um canal de expressão e acolhimento. Tratamos, portanto, de construir uma metodologia compatível com o perfil, expectativas e interesses dos orientadores, que criasse espaços para sua expressão pessoal e

seu processo de integração na diversidade dos grupos, cuja configuração representava os serviços de diferentes regiões da cidade. Todo o esforço da equipe de formação voltou-se ainda para a meta de estimular a mudança de cultura do saber-fazer profissional, incorporando as melhores experiências e práticas.

A experiência do Neca tem mostrado que a ação de cuidado e educação no âmbito dos serviços de acolhimento institucional está articulada internamente com a cultura de gestão presente no cotidiano institucional e com as condições estruturais e operacionais de funcionamento do atendimento. Portanto, propusemos a realização de Oficinas específicas para 282 profissionais coordenadores de serviços de acolhimento e membros da equipe técnica. Foram realizadas seis Oficinas com 47 participantes entre março e abril de 2017. Elas tiveram como objetivos: 1- Discutir as implicações dos parâmetros e normas legais na gestão cotidiana e no trabalho da equipe interdisciplinar nos serviços de acolhimento; 2- Analisar os desafios da equipe técnica e da coordenação para a elaboração e aplicação do projeto político pedagógico do serviço de acolhimento na perspectiva de uma ação socioeducativa articulada e ; 3- Refletir sobre a potencialidade de participação de todos para uma ação coletiva de maior qualidade junto a crianças e adolescentes acolhidos.

Em 21 de Março de 2017 foi realizado um Seminário de Apresentação de Resultados do Projeto de Formação para mais de 200 participantes. A receptividade dos participantes e os bons resultados do processo formativo foram confirmados nas avaliações muito positivas dos participantes e dos gestores, parceiros do Projeto. Ao todo participaram das ações formativas do Projeto em 2017 **1.060 profissionais**. O projeto foi coordenado por **Isa Maria Guará** e **Maria Angela Rudge**, com a participação como formadores de **Milton Fiks, Juliana Saliba Di Thomazo, Aline Garcia Aveiro, Dayse C.F. Bernardi, Lucas Souza de Carvalho, Maria Lúcia Gulassa, Marina G. Massari, Neusa Francisca de Souza** e **Yara Sayão.**



Equipe do Projeto em reunião de planejamento

Como desdobramento dessa experiência em São Paulo, o Neca passou a oferecer aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes (SAICAs) do município oficinas com carga horária de 16 horas, 4 horas mensais, sobre temas de interesse desses serviços.

Entre abril e julho de 2017, **Yara Sayão**, desenvolveu uma oficina no SAICA Sentinela sobre sexualidade com o objetivo de contribuir com uma maior qualificação das intervenções realizadas em relação a esse tema. Foram trabalhados aspectos conceituais e atitudinais assim como discussão de casos. Participaram dessa oficina **seis profissionais**. Os profissionais presentes apresentaram a necessidade de construir parâmetros comuns que guiem as intervenções em relação às manifestações de sexualidade. A maior aprendizagem desse grupo diz respeito à percepção da necessidade de se discutir com a direção e equipe técnica uma diretriz comum para guiar as intervenções com o adolescente.

Para esse mesmo grupo, e em continuidade ao trabalho anterior, entre agosto e novembro de 2017, Yara Sayão desenvolveu nova oficina sobre o trabalho com adolescentes por meio de rodas de conversa. Os conteúdos trabalhados foram: a importância da realização de rodas de conversa no trabalho educativo realizado pelo SAICA; critérios para montagem da roda: faixa etária, número de jovens, temas e outros; diferenças entre o trabalho grupal com crianças e com adolescentes; possíveis efeitos da participação em rodas de conversa para os jovens acolhidos; operacionalização:modos de condução da Roda de Conversa (por parte do educador) e manejo de grupo, discussões e análises de rodas já realizadas e/ou planejamento para futuras intervenções.

Dois temas se destacaram no grupo: a importância de delegar aos jovens a possibilidade deles elaborarem o próprio discurso sobre as questões apresentadas na roda de conversa, a diferenciação dos vários tipos de rodas de conversa, como os relacionados a algum acontecimento emergencial no SAICA e as rodas de conversa em clima sem tensão, para que os jovens possam exercitar a tomada de decisão, formação de opinião e troca de experiências com os colegas.

No SAICA Edith, entre os meses de maio e agosto de 2017, **Milton Fiks** realizou uma oficina sobre o tema **Desenvolvimento da infância à adolescência**, com a participação de **13 profissionais**. Foram realizados quatro encontros mensais de quatro horas cada “in loco”com os objetivos de apresentar as diferentes etapas do desenvolvimento humano segundo alguns teóricos da educação e psicanálise; refletir e estudar sobre o desenvolvimento psicomotor infantil; desenvolver habilidades para perceber, analisar criticamente e avaliar aspectos psicológicos dos indivíduos a partir das teorias sobre o desenvolvimento infantil; discutir as políticas contemporâneas de atendimento à criança e ao adolescente, concepções, características e objetivos.

O grupo foi bem participativo e de forma geral seus participantes conseguiram fazer várias conexões entre o que foi apresentado e o cotidiano do SAICA e trouxeram vários exemplos de suas vivências e observações das crianças e adolescentes que corroboravam com a teoria exposta.

Nos municípios de **Morro Agudo (SP)** e **Iperó (SP)**,foram realizadas formações com carga horária de 16 e oito horas para os serviços de acolhimento desses municípios. A capacitação foi ministrada por **Milton Fiks**, com a participação de **32 profissionais** dos serviços e da rede de proteção de crianças e adolescentes desses municípios.

Os temas elencados foram: Marco Regulatório – Implicações para a prática; História das Políticas Públicas; Papel do educador; A rotina do abrigo; Projeto Político Pedagógico (PPP); Plano Individual de Atendimento (PIA); Redes; e O Trabalho com as famílias.

Em Morro Agudo, foram realizadas discussões sobre a importância do diálogo entre a coordenação, a equipe técnica e a equipe de educadores, a necessidade de reuniões sistemáticas da equipe para a busca coletiva de solução dos problemas e para melhorar a comunicação interna, a necessidade de uma equipe mínima de educadores e a necessidade de ampliação e fortalecimento da rede de proteção do município. No último período da capacitação contamos com a participação dos profissionais do CREAS para uma discussão de caso e colaborações para elaborar um PIA.

A formação realizada em Iperó contou com a participação dos profissionais do serviço de acolhimento do município de **Boituva (SP)**, expediente bastante comum entre as prefeituras desses dois municípios.

ACOLHIMENTO FAMILIAR

A Lei 12.010/09, que prevê o acolhimento familiar como uma das medidas de proteção, também prevê que este terá preferência sobre o acolhimento institucional, observado o caráter temporário e excepcional da medida, no artigo 34, § 1°. Logo, o reordenamento da rede de serviços de acolhimento deve sempre prever a criação do Serviço de Famílias Acolhedoras.

Segundo Maria Lúcia Gulassa, mesmo com o compromisso de garantir a provisoriedade prevista na Lei, o acolhimento institucional e familiar deve também ser um espaço socioeducativo. "Os serviços de acolhimento, como medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, são uma conquista para a garantia integral dos direitos desses jovens." Certamente, como diz a lei, deve ser uma medida excepcional e provisória. Mas o tempo de vivência de cada menino e menina na instituição ou na família acolhedora deve ser pleno de significado, uma oportunidade imperdível de desenvolvimento.

Para contribuir com a efetivação da garantia do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, os profissionais do Neca têm desenvolvido formações e supervisões para as equipes técnicas dos serviços de acolhimento familiar e do sistema de garantia de direitos, além de equipes de CRAS e CREAS, de diversos municípios.

Em 2017, foram realizadas formações, com carga horária de 16 horas, para os municípios de **Capivari, Tarumã e Hortolândia**, localizados no Estado de São Paulo, com a participação de **53, 20, 21 profissionais** em cada um desses municípios, sob a responsabilidade de **Alice Bittencourt e Patrícia Kelly**.



Equipe de Tarumã

Essas formações tiveram como objetivo a implantação com qualidade do serviço de famílias acolhedoras em cada município. Foi aprofundada a compreensão da concepção do serviço, o marco legal, uma sugestão de fluxo de acolhimento com debate sobre cada etapa, o monitoramento e avaliação do processo e o planejamento de implantação para cada município de acordo com a realidade local.

> "Momento importante de reflexão/conhecimento sobre o novo serviço que será implantado. Ponto fundamental dos dois dias: vocês trabalharam, além da teoria, o desenvolvimento profissional e pessoal de cada participante da capacitação, mostrando que nosso desenvolvimento e o olhar ao outro ser humano precisam de atenção. Ponto importante: as secretarias de educação e saúde também participaram deste processo, pois a assistência social sozinha não consegue ajudar as famílias em seu desenvolvimento. Parabéns pelo empenho, dedicação e disposição, pois pessoas como vocês nos motivam a continuar, mesmo sabendo dos desafios diários." (participante da formação em Tarumã/SP)

> "A capacitação superou minhas expectativas, agregou novas reflexões e conhecimento de forma prática e dinâmica. As palestrantes surpreendem pelo repertório técnico, experiência e disponibilidade para repassá-la. Vislumbro o tamanho do desafio com maior confiança." (participante da formação em Hortolândia/SP)

> "Apesar de muitas informações acerca do assunto, condensar em 2 dias me pareceu pouco tempo. De repente, rever essa quantidade de dias, por que foi muito útil e enriquecedor. Superou, sem sombra de dúvidas, minhas expectativas. Vocês são excelentes!" (participante da formação realizada em Capivari/SP)

TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS

Para tratar das complexidades do tema da família em nossa sociedade, das diferentes metodologias de trabalho que vêm sendo desenvolvidas e para encontrar novas respostas para os desafios propostos pela política pública de assistência social, o Neca já desenvolveu várias formações sobre o trabalho social com famílias.

Em 2017, finalizou o projeto realizado em parceria com a **Petrobras**, na **Baixada Santista (SP),** que envolveu os municípios paulistas de **Bertioga, Guarujá, Santos, Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Cubatão, Praia Grande** e **São Vicente**. O projeto teve início em 2015, com um seminário para **200 participantes**. Entre 2015 e 2016, foram realizados seis módulos de formação, com uma carga horária de 16 horas cada um, totalizando 96 horas de formação, com uma participação de **60 profissionais** dos nove municípios parceiros. O projeto foi coordenado por **Maria Angela Maricondi** e **Maria Angela Rudge**, com o apoio de **Maria Elisabeth Seidl Machado.**

Em março de 2017, foi realizado o seminário de encerramento do projeto **O Trabalho com Famílias nas Políticas Públicas: tendências, avanços e desafios**, realizado no dia 14 de março de 2017, no SESC – Santos, com a participação de **125 profissionais** de SUAS dos nove municípios da Baixada Santista. Para 2018 estamos negociando com a Petrobras a disseminação desse Projeto nos quatro municípios do litoral norte do Estado de São Paulo.



Equipe do Neca com o Secretário de Assistência Social do município de Peruíbe Marcelo Lourenço, durante o Seminário do Projeto realizado em Santos

O serviço de acolhimento **Orca**, localizado no município de **Vinhedo (SP)**, solicitou uma formação com carga horária de oito horas, com os objetivos de alinhar concepções sobre famílias na contemporaneidade; alinhar concepções sobre trabalho social com famílias no campo das vulnerabilidades sociais e das violações de direitos e introduzir a utilização do Genograma e do Mapa de Rede Social (Carlos Sluski). Participaram da formação a **coordenadora**, a **assistente social** e a **psicóloga** do serviço de acolhimento.

Além de uma discussão inicial sobre o texto de Solange Teixeira (2015), foi realizada uma exposição e debate sobre as ferramentas genograma, ecomapa e mapa de rede do Sluzki. Por fim, foi realizada uma caracterização da família contemporânea e a abordagem sistêmica a que pertencem essas ferramentas, contrapondo-as à abordagem crítica (Escola de Frankfurt, teoria social e teoria social crítica, marco da revolução industrial e da revolução francesa, etc.). **Maria Angela Maricondi** foi a formadora responsável por esse trabalho.



Equipe de Vinhedo

CONSELHO TUTELAR

Considerando a complexidade da função de conselheiro tutelar e sua importância como integrante do Sistema de Garantia de Direitos – SGD, o Neca oferece formação para os conselheiros tutelares.

Temos como objetivo contribuir com o desenvolvimento profissional dos conselheiros tutelares, instrumentalizando-os para o exercício de seu papel na implementação e na qualificação da política de atendimento e da efetivação da garantia dos direitos das crianças e adolescentes do município.

Em 2017, realizamos formação, com carga horária de 16 horas, para os conselheiros dos municípios paulistas de **Atibaia**, **Itupeva e São Sebastião**, com a participação, respectivamente de **22, 25 e 30 conselheiros** e integrantes do Sistema de Garantia de Direitos desses municípios. Essas formações foram realizadas por **Alice Bittencourt** com participação de **Patricia Kelly**.

As grandes questões colocadas foram os debates com a rede sobre as atribuições dos conselheiros e as interfaces com a rede de proteção, a fiscalização e o monitoramento dos serviços governamentais e das organizações da sociedade civil e os princípios que regem o trabalho de todos segundo o artigo 100 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal n° 8069, de 13 de julho de 1990).

> "A capacitação, apesar de ser voltada mais especificamente aos conselheiros tutelares, correspondeu às minhas expectativas. Foram dois dias muito produtivos, principalmente para fortalecer e aprimorar o trabalho em rede. Acredito que todos nós pudemos refletir sobre a nossa prática profissional, sobre a prática dos demais serviços e acima de tudo pensar e refletir ainda mais sobre as "nossas" crianças, adolescentes e famílias. Minha palavra inicial foi "aprimoramento" e saio com a certeza que aprimorei meus conhecimentos, mas, acima de tudo, sei que temos muito ainda a aprender e trocar vivências e experiências." (Participante da formação em Itupeva)

> "Gratificante, momentos de troca, escuta, reflexão. Patrícia e Alice: boa didática, seguras, transparentes, solidárias e atentas às devolutivas do grupo. Sempre é bom esses momentos, sempre acrescentam novos conhecimentos. Obrigada." (Participante da formação realizada em São Sebastião)

> "Estes dois dias de capacitação foram bastante enriquecedores onde pudemos interagir, expor ações, mesmo que equivocadas, em busca de soluções positivas em defesa daqueles que nos propusemos a defender "crianças e adolescentes". Meus agradecimentos à palestrante que, de forma tranquila, objetiva e eficaz, conseguiu atingir alguns dos nossos objetivos de conhecimento." (Participante da formação realizada em Atibaia).

No final de 2017 realizamos uma formação para os três conselhos tutelares do município de **Uberlândia (MG)**, com carga horária de quatro horas, sob a coordenação de **Isa Maria Guará** e com os objetivos de favorecer a compreensão do contexto legal, social e político que embasa a proteção integral da criança e do adolescente; discutir os parâmetros legais e éticos da atuação do Conselho Tutelar e, principalmente, contribuir para a elaboração conjunta de um quadro de princípios orientadores das ações do Conselho Tutelar. Esta formação contou com 16 participantes.



Conselheiros tutelares de Itupeva

CONSELHO DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A formação dos conselheiros de direitos, em conformidade com a legislação nacional e municipal vigente, adquire importância essencial para que a política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente seja efetivada em consonância com a doutrina de proteção integral que dá base ao ECA sob a inspiração da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

A formação, o conhecimento do papel e das atribuições são pré-requisitos para que as ações de competência dos conselheiros possam ocorrer de forma articulada e em rede com as políticas públicas universais e especiais do município. O conhecimento da rede de atendimento e das particularidades das comunidades é condição básica para o exercício das funções de formulação da política municipal de defesa dos direitos da criança e do adolescente no município.

A formação oferecida pelo Neca tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento profissional dos conselheiros de direitos, instrumentalizando-os para o exercício de seu papel, responsável por assegurar os direitos infanto-juvenis, conforme os princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em 2018, **Maria Angela Rudge** realizou uma formação com carga horária de 16 horas para o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do município de **Lençóis Paulista (SP)**. Participaram da formação **25 profissionais**,entre titulares e suplentes.

Segundo relatos da presidente do CMDCA de Lençóis, no início do ano houve renovação de grande parte dos conselheiros e tornou-se necessário estabelecer alinhamento conceitual sobre as funções, as atribuições e o papel a ser desempenhado pelo referido órgão no contexto da política municipal de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes. Dentre as demandas apresentadas, o CMDCA deu grande relevância à discussão sobre o gerenciamento do Fundo Municipal e as estratégias de captação de novos recursos.

O grupo de conselheiros foi muito participante e interessado, apresentando muitas questões para o debate. Espaços coletivos de discussão favorecem a troca de opiniões e visões sobre as diferentes questões concernentes ao papel e às atribuições dos conselheiros. Apesar do tempo restrito foi possível sanar dúvidas e estabelecer uma análise das prioridades para as futuras ações do Conselho Municipal.

Essa formação mais uma vez provou que para que os conselhos possam obter maior êxito na sua atuação é fundamental estabelecer um processode reflexão coletiva e assessoria constante, uma vez que as ações a serem realizadas, de natureza técnica e política, são complexas e exigem grande dedicação de seus membros.

Para 2018, o Neca pretende oferecer essa formação também na sede da instituição.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Várias pesquisas já realizadas apontam um número significativo de crianças e adolescentes que são vítimas de alguma forma de violência. Os óbitos por violência e acidentes (causas externas) ocupam o primeiro lugar na faixa etária entre 5 e 19 anos, o que significa que a violência mata mais que doenças infecciosas e parasitárias.O problema da subnotificação dificulta o diagnóstico e a prevenção do fenômeno, principalmente quando o assunto é exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Essa modalidade de violência é difícil de ser identificada e mais difícil ainda de ser abordada.

É essencial conhecer as especificidades do fenômeno, consideraras diferenças regionais e culturais, mobilizar pessoas e organizações para desenvolver ações que considerem metodologias adequadas a estas realidades, sobretudo na implantação de projetos que tenham como objetivo o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes.

Entendemos que a complexidade e a multicausalidade do fenômeno implicam necessariamente em uma integralidade de ações, atores e políticas públicas. Sabemos que o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes só pode ser enfrentado em Rede. Neste sentido, as formações realizadas pelo Neca propõem uma reflexão sobre o fenômeno assim como ações concretas e em rede para o enfrentamento dessa violência.

Em 2017, o Neca desenvolveu, sob a coordenação de **José Carlos Bimbatte**, formações nos municípios de **Jacareí, Itapetininga, Itú e Araçatuba**, todos no Estado de São Paulo.

Em Jacareí, foi realizada uma oficina com carga horária de 16 horas, que contou com a participação de **45 profissionais** do CREAS, CRAS e demais atores do Sistema de Garantia de Direitos.

Em Itapetininga, também em uma oficina de 16 horas, **130 profissionais** e representantes do Sistema de Garantia de Diretos, participaram de uma reflexão da importância da ação em rede para o enfrentamento da violência no município.

Em Itú, o Fórum de Assistência Social do município organizou, em maio de 2017, um Seminário sobre a Política de Assistência Social e as demandas da Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial, que contou com a participação de **350 profissionais**, entre as equipes das secretarias municipais de Itú, poder judiciário, Câmara de Vereadores, DRADS e profissionais de municípios próximos. Durante o Seminário, **José Carlos Bimbatte** realizou palestra sobre o enfrentamento em rede da violência doméstica e sexual.

EmAraçatuba, também em maio, foi realizada palestra, com duração de 2 horaspara a sensibilização sobre a temática de violência contra a criança e o adolescente, para o conjunto dos atores do Sistema de Garantia de Direitos do município, com um total de **320 participantes**. Em seguida, foi realizada uma formação com carga horária de cinco horas, sobremetodologias para a construção de fluxos e processos de atendimento e prevenção às situações de violência contra crianças e adolescentes.

ENFRENTAMENTO AO TRABALHO INFANTIL

Muito embora os indicadores tenham demonstrado uma significativa queda do registro de trabalho infantil nos últimos 20 anos no Brasil (quase 60%), temos ainda o desafio de retirar 4,8 milhões de crianças que estão hoje trabalhando. Trabalho infantil urbano, doméstico e narcotráfico representam hoje os nossos maiores desafios. Em função disso, temos o dever de recolocar a questão do trabalho infantil na agenda nacional de direitos humanos e direitos da criança e adolescente. Este tema encontrou considerável espaço na década dos anos 90 nesses espaços.

A formação oferecida pelo Neca, nesse tema, tem como principal objetivo sensibilizar os profissionais da rede socioassistencial do município, entre outros atores, sobre os impasses e desafios no enfrentamento ao trabalho infantil e geralmente trata dos seguintes temas: Infância e adolescência na contemporaneidade e no contexto brasileiro;Trabalho Infantil: Fenômeno Complexo e Multicausal, raízes históricas e econômicas;Invisibilidade e a “aceitação cultural” do trabalho infantil: Mitos sobre o trabalho infantil; Consequências do Trabalho Infantil; Impasses e desafios, o que pode ser feito?.

Em 2017, foram realizadas palestras com esse mesmo objetivo nos municípios de **São José do Rio Preto (SP)**, com a participação de **80 profissionais**, e em **Guarulhos (SP)**, com a participação de **61 profissionais**.

Os desafios apresentados nesses dois municípios no que tange à prevenção e eliminação do trabalho infantil estão relacionados à dificuldade de identificação e a invisibilidade do fenômeno, principalmente pela naturalização e "aceitação" do trabalho infantil por grande parte da sociedade.

SOCIOEDUCAÇÃO

O crescente número de adolescentes envolvidos com a prática do ato infracional e as novas configurações destas práticas, no Brasil e em outros lugares do mundo, podem ser compreendidos como expressão de muitos fenômenos da contemporaneidade a partir de acontecimentos transnacionais, regionais e locais. Ao mesmo tempo, implicam e revelam outros fenômenos graves como: a precariedade das políticas públicas em geral para este tipo de atendimento, as relações tensas com a política de segurança, o controle do tráfico de armas e de drogas, os índices de mortes violentas dos adolescentes, a crescente difusão e consumo de drogas, o afastamento da escola, a perda de controle e supervisão das famílias, as dificuldades de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, dentre muitos outros.

A complexidade destes fatores coloca desafios para a sociedade brasileira e, em especial, para os profissionais da área, gestores de programas de atendimento e demais profissionais, em garantir os direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n° 8069, de 13 de julho de 1990). Tentativas de redução legal da idade penal e mudanças recentes, como a vinculação do atendimento ao Sistema Nacional de Segurança Pública evidenciam a inflexão punitiva do estado brasileiro em detrimento das garantias legais trazidas pelo ECA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (Art. 1º § 2º da Lei 12.594/12).

Por outro lado, os serviços municipais de atendimento, responsáveis pelas medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, enfrentam em seu cotidiano as requisições e objetivos do SINASE, discutindo e orientando os adolescentes para assumir responsabilidades e para promover sua integração social oferecendo-lhe todas as oportunidades de acesso qualificado a seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento.

Os instrumentos e estratégias disponíveis hoje para estas atividades técnico-socioeducativas com os adolescentes, que se mesclam a outras tarefas de natureza operacional e burocrática, são ainda insuficientes ou inexistentes para dar conta da complexa realidade com a qual os profissionais se defrontam no trato diário com estes adolescentes.

Para contribuir com o enfrentamento dessas questões, o Neca, entre novembro de 2016 e novembro de 2017, desenvolveu capacitação dos profissionais do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE) do município de **São Paulo (SP)**, com base nos parâmetros de gestão, teórico-metodológicos do plano decenal de atendimento socioeducativo, com o apoio da **Unesco** e parceria com a **Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS.**

Participaram dessa formação, **500 profissionais** entre gerentes e técnicos dos serviços das medidas socioeducativas em meio aberto, supervisores, técnicos dos CREAS e profissionais da rede de serviços do município, divididos em 15 turmas.

O projeto teve como objetivo oferecer subsídios para o aprimoramento da qualidade teórico-prática relativo às ações de supervisão, execução, acompanhamento e monitoramento da execução dos programas e/ou serviços socioeducativos em meio aberto (Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA), favorecendo a reflexão sobre os processos e resultados da ação socioeducativa, as possibilidades de inovação de práticas e avaliação da gestão.





Para a maioria dos participantes que responderam a avaliação final(84%), os conhecimentos no processo formativo foram bons e ótimos, com aplicabilidade em sua área de trabalho, ampliação do conhecimento sobre as metodologias e técnicas de atendimento individual e grupal aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e para o atendimento das famílias e o enfrentamento dos desafios cotidianos dos serviços socioeducativos. Uma porcentagem significativa ressaltou que o curso contribuiu para aprender com a experiência dos colegas de outros serviços e órgãos e para repensar a prática profissional.

O projeto foi coordenado por **Isa Maria F.R. Guará** e **Maria Angela Rudge**, com apoio administrativo de **Nicole Key Albacete**, e uma equipe formada por **Neusa F. Jesus, Irandi Pereira, Claudio Hortêncio Costa, Ana Lucia Catão, Gabriela Gramkow, João Clemente de Souza Neto** e **Maria do Rosário Corrêa Salles Gomes.**

Considerando o contexto atual e a experiência de vários pesquisadores associados, o Neca pretende em 2018 ancorar um campo de estudos e de formação na área socioeducativa, visando contribuir com a formação de profissionais que atuem em órgãos públicos e privados no planejamento, execução e avaliação de serviços de atendimento tendo como fio condutor a socioeducação como conceito ampliado e interdisciplinar, que se efetiva nas diversas ações educativas oferecidas formal ou informalmente no cotidiano institucional e na comunidade enfatizando-se a especificidade da intervenção em contextos educativos complexos.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 – que está sendo operacionalizada através da implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, cujos grandes eixos orientadores estão contidos na NOB/SUAS, NOB-RH e na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais – tem provocado importantes mudanças no sentido de uma nova gestão do sistema e do reordenamento dos serviços que o integram. Todos nós somos cotidianamente desafiados a pensar e repensar estratégias, fluxos e processos que deem conta das novas demandas e realidades locais. Tais desafios permeiam os diferentes níveis de atenção/proteção social do SUAS: proteção básica e proteção especial (média e alta complexidade).

Sem dúvida, esse ordenamento tem exigido maior preparação dos profissionais e atores que operam os diversos equipamentos para atender as demandas que a gestão da Política de Assistência Social, ordenada pelo princípio do direito, impõe.

Em certo sentido, atuar desde dentro da política de assistência social é potencializar lugares específicos e estratégicos do sistema, como os CRAS e os CREAS nos municípios.

Em 2017, a Secretaria de Assistência Social do município de **Iperó (SP)**, solicitou uma formação para a equipe do CREAS do município com carga horária de 16 horas,com a participação de **25 profissionais**. A formação foi realizada por **José Carlos Bimbatte**.

No município de **Jacareí (SP)**, a formação de 16 horas, foi realizada para a equipe do CREAS, também por **José Carlos Bimbatte**, com foco na população em situação de rua, com uma participação de **35 profissionais**. Participaram os profissionais do Centro Pop, da Abordagem Social e da Casa de Passagem do município.

Nesses processos de formação e supervisão das equipes de CREAS e CRAS das secretarias municipais de assistência social, alguns problemas de gestão foram identificados tais como, falta de clareza sobre a função diretiva e objetivos dos serviços, formas de gestão democráticas e efetivas e alternativas de atendimento em face da realidade dos territórios e o perfil da população. Constatamos que questões que afetam o cotidiano dos serviços são muito impactadas pelos modos de gestão da secretaria.

Em 2017 os municípios iniciaram um novo período de governo com 40% de novos gestores que, mesmo conhecendo a área, mostravam interesse em uma formação específica. Boa parte dos cursos existentes neste assunto voltados para gestores da assistência social, muitos deles online, se direcionam mais para aspectos legais e administrativo-burocráticos com foco na implantação e dinâmica do SUAS, seus recursos e o desenvolvimento de projetos com o Governo Federal.

Entrevistas de consulta feitas com gestores municipais da assistência social mostraram que havia uma demanda por discutir os problemas cotidianos da gestão e um desejo de criar uma gestão inovadora. Isto nos levou a pensar numa proposta de curso centrado nas possibilidades e estratégias de gestão em que os problemas cotidianos pudessem ser vistos como desafios para a concretização da política de assistência social, no nível municipal.

Pautada no cenário de vigência e avaliação do II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) e as discussões que embasaram a 11ª Conferência Nacional de Assistência Social, realizada no período de 05 a 08 de dezembro de 2017, a equipe do Neca formulou e realizou em São Paulo, em novembro de 2017, o **1º Curso Gestão Municipal da Assistência Social – desafios, compromissos e possibilidades: Aspectos estratégicos da gestão da Política de Assistência Social nos Municípios.**

O curso teve como objetivos analisar o marco regulatório e seus rebatimentos na execução da Política de Assistência Social tendo em vista o planejamento de uma Política Municipal de Assistência Social; discutir os desafios da gestão pública, para o planejamento, execução e avaliação da política de assistência social nos respectivos municípios; e oferecer espaços de troca e de conhecimento sobre os eixos, estratégias, recursos e caminhos da gestão municipal para o atendimento do cidadão que demanda proteção social do Estado. Participaram desse primeiro curso **20 profissionais**, entre secretários municipais da Assistência Social, secretários adjuntos, assessores, coordenadores de Proteção Social e técnicos dos municípios de **Bertioga, Itupeva, Boituva, Nazaré Paulista, Ilha Bela, São José do Rio Preto, Arthur Nogueira**, todos no Estado de São Paulo.





A hospedagem da maioria dos participantes foi no Hotel onde foi realizado o curso possibilitou ainda um maior contato e troca entre esses profissionais. A participação foi diversificada em termos de função na gestão municipal o que possibilitou a apresentação de diferentes olhares sobre o trabalho social. Houve um bom intercambio entre os participantes de municípios de tamanhos e realidades diferentes e o interesse pelas exposições e discussões foi notável. Ao final, os participantes fizeram uma avaliação muito positiva do curso, com sugestão de um curso específico sobre Vigilância Socioassistencial.

O curso foi coordenado por **Isa Maria Guará** e **Silvia F. MacDowell,**com a participação de outras professoras, como **Jane Valente, Alice Di Gam e Silvia Jeni L. P.de Brito.**

SUPERVISÃO

A supervisão oferecida pelo Neca tem como principal objetivo promover a reflexão, a aprendizagem e o desenvolvimento dos profissionais de serviços socioassistenciais, tendo em vista a melhoria de seus projetos e práticas cotidianas. A supervisão permite que o conhecimento dos participantes sobre as práticas cotidianas dos serviços possa ser reconhecido e articulado, de forma que os aspectos subjetivos das pessoas envolvidas e da dinâmica institucional possam ser considerados e trabalhados.

O Neca acredita que a supervisão institucional, trabalhada como uma oportunidade de transformação e mudança das práticas e dos serviços, pode repercutir na garantia de direitos das crianças e adolescentes e suas famílias.

Na estratégia de supervisão institucional são promovidos encontros com os profissionais do serviço, nos quais são discutidas situações mobilizadoras do cotidiano. Nesses encontros é possível refletir de forma coletiva sobre as diversas dinâmicas institucionais e organizacionais.

A supervisão institucional foi normatizada pela Resolução CNAS nº 6, em 13 de abril de 2016, que define a s*upervisão técnica* como uma estratégia de formação coletiva que pode ser desenvolvida com base em diferentes abordagens e técnicas, devendo ser orientada pelas necessidades da(s) equipe(s) participante(s), propiciando ampla participação de todos (Art. 6º). Poderá ser considerada interna quando o supervisor integrar o quadro de profissionais da Assistência Social; ou externa quando requerer especialistas externos em temáticas relacionadas ao trabalho desenvolvido pela(s) equipe(s) do SUAS (Art. 6º inciso 3º). Configura-se como ação contínua de qualificação profissional estruturada por um período de seis meses, no mínimo (Art.6º inciso 1º).

Em 2017, foram realizadas supervisões em instituições governamentais e não governamentais de quatro municípios.

Em **Santos (SP)**, o Neca realiza supervisão para cinco serviços de acolhimento do município desde 2015. Em 2017, a supervisão teve um novo formato e atingiu **100 profissionais** desses serviços.

Neste novo modelo, foi sugerido que as supervisões fossem feitas *in loco* no mesmo modelo que já vinha sendo feito com os serviços de execução direta da prefeitura (Seacolhe e Seabrigo), ou seja, com a participação dos coordenadores, equipe técnica e operadores sociais (educadores). Este novo modelo teria a vantagem de particularizar e aprofundar as questões vividas por cada serviço em seu cotidiano. Participaram das supervisões de 4 horas/mês os seguintes serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: **Vó Benedita, Anália Franco, Casa da Criança, Santo Expedito** e a **Casa de Passagem Seacolhe CA**.

Para os serviços Família Acolhedora e Mensageiros da luz, devido as suas condições peculiares, foram feitas supervisões conjuntas de 4 horas mensais com a participação da coordenação e as equipes técnicas.

Durante as supervisões de 2017 continuamos abordando alguns temas que apontavam para situações problema, os quais já haviam sido detectados em nossos primeiros levantamentos desde o início dos trabalhos em Santos em 2015. Muitos destes temas advêm de questões históricas e estruturais e são consequências de como os serviços de acolhimento se organizaram ao longo da história do município de Santos.

Em **Piracicaba (SP)**, o **Lar Franciscano** recebe supervisão do Neca desde 2016, e em 2017 os encontros de supervisão foram realizados com toda a equipe de profissionais do serviço e trataram de temas variados que eram trazidos pela equipe em função das questões e ansiedades vivenciadas no cotidiano do serviço. Alguns temas abordados:encaminhamento dos adolescentes que estão completando a maioridade; fatores que ajudam na permanência no SAICA de adolescentes considerados “difíceis”; regras da casa; evasões, procedimentos e responsabilidades dos diversos atores e serviços; apadrinhamento afetivo em parceria com judiciário e SAPIRA (rede dos serviços de acolhimento de Piracicaba); o cuidado com as crianças não pode envolver “negócios” (dar, emprestar, vender, comprar); a responsabilidade do Educador pelo zelo da casa; as saídas e o tempo de adaptação ao SAICA; sumiço de roupas; discussão sobre a confiança entre os educadores; disputa do amor das crianças pelos educadores; dificuldades em lidar com a sexualidade dos adolescentes; o uso inapropriado de informações pelos educadores na hora da raiva; o uso inadequado do celular; as chaves da casa (O adolescente pode ficar com a chave da casa? Qual o simbolismo disto? As chaves e o poder); agressividade dos adolescentes em relação às crianças com necessidades especiais. Participaram dos encontros de supervisão **14 profissionais**.

Em **São Paulo (SP)**, desde 2015, os três serviços de acolhimento da **Casa Cristo Redentor** (Vovó Cecília, Vovó Matilde e Vovô Nelson) recebem supervisão do Neca. Em 2017, a supervisão conseguiu trabalhar mais com as questões trazidas pelas equipes de cada um dos serviços. Nos anos anteriores o maior esforço se deu em torno da articulação dos três serviços da instituição. Participaram dos encontros de supervisão **51 profissionais**.

A equipe interprofissional do **Lar Sol da Esperança**, do município de **Mauá (SP)**, formada por **oito profissionais**, solicitou um encontro de supervisão, com carga horária de oito horas, para rever a elaboração dos Planos Individuais de Atendimento e a participação do serviço em Audiências Concentradas. O encontro foi realizado por **Dayse C.F. Bernardi** e contou com a presença do Juiz da Infância e da Juventude no período da manhã e permitiu ajustar expectativas, alinhar conceitos e ampliar avanços na construção conjunta dos projetos de vida dos acolhidos e suas famílias.

ASSESSORIA

Projeto **"Subsídios para a Elaboração do Plano Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes de rua e na rua para a cidade de São Paulo"**

Em maio de 2017, o Neca foi contratado pela **Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo (SMDHC)** para realizar estudo, pesquisa e para subsidiar as ações desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho "Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e na Rua" instituído em julho de 2016, criado pelo Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CMDCA/SP)e pelo Conselho Municipal de Assistência Social (Comas/SP).

O objetivo central da iniciativa tinha como pressuposto a construção de subsídios para a formulação de uma política de atenção integral a crianças e adolescentes em situação de rua e na rua, considerando que estes sujeitos devem ser destinatários de políticas públicas que considerem as peculiaridades do contexto em que estão inseridos, de seus singulares processos de subjetivação e de suas histórias de vida.

Para atender os objetivos propostos, desenhou-se uma metodologia cujas etapas previstas e realizadas foram as seguintes:

1. Leitura e organização documental sobre o histórico e o processo do GT
2. Levantamento documental e de dados
3. Realização de entrevistas semiestruturadas
4. Apoio às atividades e ações do GT
5. Apoio no processo de escuta das crianças e dos adolescentes
6. Sistematização das propostas para a composição da política
7. Socialização da produção
8. Elaboração do documento final

O documento final intitulado, “Subsídios para a Elaboração do Plano Municipal de Atenção a Crianças e Adolescentes de rua e na rua para a cidade de São Paulo”, entregue em março de 2018 ao CMDCA e COMAS, foi resultado de um amplo processo de discussão e pesquisa coordenado pelo Grupo de Trabalho Política Pública de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Rua e na Rua, com a assessoria do NECA.

O Neca participará também de um seminário em 2018 para a apresentação final das propostas. O grande desafio será a transformação das propostas formuladas em uma Política Municipal de Atenção a Crianças e Adolescente em Situação de Rua e na Rua e a sua implementação. Participaram das entrevistas, encontros e audiências realizadas entorno de **200 profissionais**. **Isa Maria F. R. Guará** e **Maria Angela Rudge** coordenaram o projeto com uma equipe formada por **Franciele Braga, Katia Hale,** e **Nicole Key**



Reunião Ordinária com a Comissão Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. Foto: Luiz França / CMSP

OFICINAS, CURSOS E SEMINÁRIOS

Com o objetivo de oferecer aos profissionais que atuam na área da infância e adolescência um espaço de reflexão e troca de experiências, o Neca desenvolve em sua sede, desde 2011, com a Coordenação de Ana Maria Zagatti, cursos com carga horária de 32 horas e oficinas com carga horária de 16 horas sobre temas fundamentais para a qualificação das ações profissionais no cotidiano dos serviços, programas e projetos que visem à promoção, proteção e defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em 2017 foram oferecidos cinco cursos e oficinas para **98 profissionais** de 15 municípios.

Cursos e Oficinas realizados

- Apadrinhamento Afetivo de Crianças e Adolescentes com remotas chances de adoção
- Plano Individual de Atendimentode Crianças e Adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar.
- Estudo Social e seus registros em relatórios, laudos e pareceres sociais: identidade profissional na defesa do direto ao convívio familiar e comunitário
- Enfrentamento à Violência Sexual

Municípios que participaram dos Cursos e Oficinas

Cerquilho (SP), São Paulo (SP), Garça (SP), São Manoel (SP), Belo Horizonte (MG), Guarulhos (SP), São Bernardo (SP), Ferraz de Vasconcelos (SP), Mauá (SP), Caçapava (SP), Praia Grande (SP), Guaíba (SP), Águas de Santa Bárbara (SP), Valparaiso (SP)e Santos (SP).



Curso sobre Apadrinhamento Afetivo, com as professoras Alice Bittencourt e Patrícia Kelly. Neste curso contamos com a participação da Secretaria de Assistência Social do município de Garça, Márcia Praxedes.



Oficina Estudo Social e seus registros, com a professora Rita de Oliveira e participação de Alessandra Medeiros.



Curso Enfrentamento à Violência Doméstica e Sexual: uma ação em rede, com o prof. José Carlos Bimbatte



Oficina Plano Individual de Atendimento para Crianças e Adolescentes em serviços de acolhimento Institucional ou Familiar, com a professora Dayse Bernardi.

Desde 2012, o Neca realiza seminários sobre a qualidade do serviço de acolhimento de crianças e adolescentes. A cada edição são definidos aspectos a serem aprofundados no respectivo seminário.

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2017, o Neca,junto ao **FICE BRASIL**, promoveu o **IV Seminário sobre a Qualidade dos Serviços de Acolhimento: o direito à convivência familiar e comunitária**, que mobilizou discussão sobre a qualidade dos serviços de acolhimento, com a participação de adolescentes acolhidos. O evento realizado no Auditório da UNINOVE ocorreu em parceria com o FICE Internacional e com o **Movimento Nacional Pro Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC)**. Participaram cerca de **250 profissionais** da área da infância, adolescentes e jovens de 33 municípios de nove estados brasileiros.

O objetivo do seminário nesta edição foi apresentar e discutir situações e práticas de cuidado e proteção de crianças e adolescentes em ambientes alternativos à vida em família. Para tornar o debate ainda mais amplo, foram convidados profissionais do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC). Eles compartilharam experiências inspiradoras de jovens que vivem ou viveram em serviços de acolhimentos institucional ou familiar para contribuir com suas referências de cuidado e proteção a fim de promover a qualificação das políticas públicas de garantia de direitos humanos no Brasil.

A abertura do evento, no dia 4, contou com a participação do presidente do Neca, **Celso Veras Baptista**, com o secretário nacional do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, **Patrick Reason**, com o presidente do FICE Internacional e convidado especial desta edição, **Herman Radler** – especialista em trabalho com crianças e adolescentes traumatizados. Ainda integraram a mesa as representantes do FICE Brasil, **Dayse Cesar Franco Bernardi** e **Isa Maria Guará**, as representantes do CRESS-SP, **Maria Mercedes Guarnieri** e **Cristina Santos Santana**, além de **Raul Araújo**, do IBDCRIA.



Logo após a abertura, ocorreu o lançamento de vídeos do Museu da Pessoa com relatos de histórias de vida de pessoas que passaram pelos serviços de acolhimento. Hoje educador de um destes serviços, Dorival Storari fez um relato emocionado sobre a importância do acolhimento em sua formação e como tem utilizado esta experiência na sua prática profissional. A diretora do Museu da Pessoa, Sônia London, explicou como funciona a "unidade metodológica para captação da história", ponto de partida para a criação dos vídeos.

Para finalizar, foi realizada uma mesa com a apresentação de programas internacionais para adolescentes e jovens que vivem ou viveram em serviços de acolhimento institucional ou familiar, com a participação do Dr. Herman Radfler que apresentou um panorama internacional e da Dra. Ana Schmid, da FICE Suíça, que apresentou o projeto "Criando futuros: desenvolvimento colaborativo de qualidade em acolhimentos institucionais na Suíça e na Hungria.

Serviços de acolhimento sob a ótica dos acolhidos

O momento mais simbólico do Seminário aconteceu justamente na abertura do segundo dia do evento, quando adolescentes que vivem ou viveram a experiência de acolhimento institucional ou familiar puderam expor o resultado de uma oficina realizada no dia anterior, quando fizeram uma reflexão sobre suas visões e demandas sobre os serviços de acolhimento.

Desafios do cotidiano como a busca por moradia foram levantadas, além de uma participação maior dos jovens na elaboração e nas discussões das leis sobre acolhimento e nas questões da comunidade. "Como falar dos jovens sem ouvir a opinião deles?", questionou um dos adolescentes, revelando ainda que a maioria se considera "esquecida pelo sistema". Eles também cobraram aumento das políticas de apadrinhamento e adoção para adolescentes e mais verba para atividades externas.



Outro ponto levantado pelos jovens foi a importância de desenvolver um acompanhamento pós-acolhimento. Muitos revelaram se sentirem “perdidos” quando atingem a idade limite e precisam enfrentar os desafios da vida adulta. Os jovens e adolescentes ainda apontaram o desejo de cursos de noções de economia para aprender “como poupar dinheiro e conseguir se virar sozinho”. A necessidade de ampliar o debate em torno de questões como inclusão, sexualidade, saúde e questões de gênero também foi sinalizado pelos jovens e adolescentes.



A segunda mesa do dia teve como tema o panorama nacional das moificações políticas e legais e seus atuais desdobramentos na garantia de direitos humanos das crianças e adolescentes. Mestre em Psicologia Social, membro do Comitê Gestor do Neca e do MNPCFC, **Dayse Cesar Franco Bernardi** tratou do projeto de lei da adoção, o PLS 394/2017, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e leu a nota do Movimento pela Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, que pede a rejeição total ao projeto. O texto foi referendado por unanimidade pelos participantes do Seminário.

A mesa contou ainda com as apresentações de **Stefane Natália Ribeiro e Silva**, Analista técnica de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social, da Promotora de Justiça de Jacareí, no interior de São Paulo, e mestre em Direito Internacional com foco na infância e na juventude, **Renata Lucia M. L. de Oliveira Rivitti**, e promotor de justiça do Ministério Público de São Paulo e professor doutor da PUC-SP, **Eduardo Dias S. Ferreira**.

A terceira mesa contou com as apresentações da mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP e representante do MNPCFC de Campinas, **Jane Valente**, a representante do MDS, **Stefane Ribeiro**, a Coordenadora do Núcleo de Assistência da ACER Brasil, **Kelly Lima**, a coordenadora da Associação Casa Novella, **Elma Lopes**, o Secretário nacional do MNPCFC em Curitiba, **Patrick Reason** e **Maristela Cizeski**, da Pastoral da Criança.

A última mesa do seminário tratou dos desafios da reintegração familiar, adoção e saída por maioridade nas diferentes modalidades do acolhimento. Participaram o Coordenador do Centro Municipal de Proteção a Criança e ao Adolescente, **Júlio Guimarães**; a psicóloga e gestora do Instituto José Edison de Paula Marques – IJEPAM de Franca, **Daniela Leal Ramos**; o Coordenador da República Jovem Casa do Cristo Redentor, **Ronnie Pereira**; além de representantes do projeto "Grupo Nós" do Instituto Fazendo História; e de **Natália Kaneko** e **Fernanda Ozores**, que abordaram a questão da residência inclusiva.



MOVIMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária do Brasil (MNPCFC)

O MNPCFC tem como missão fortalecer as incidências técnica e política das organizações da sociedade civil brasileiras, no campo de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, com foco na Convivência Familiar e Comunitária.

O Neca integrou o "Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária: fazendo valer um direito" que atuou desde 2005 no alinhamento conceitual e formação da rede nacional para subsidiar a implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária no Brasil – cujas diretrizes redefiniram a história da institucionalização de crianças e dos serviços de acolhimento no país.

A partir do trabalho realizado pelo GT Nacional, organizou-se oFórum Nacional CFC (2012) que antecedeu a formalização do Movimento em 2014, liderado por Organizações da Sociedade Civil – OSCs, para dar continuidade ao fomento em rede à convivência familiar e comunitária, tendo como missão incidir na implementação do Plano Nacional CFC.

O Neca integra o **Grupo Gestor do Movimento Nacional** como organização legitimamente eleita quando da formalização do movimento em Brasília no ano de 2014 e, na reeleição ocorrida em maio de 2017, como representante da região Sudeste.

Em 2017, o Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária realizou o Seminário **"Diálogo Nacional sobre a Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes"** nos dias 22 e 23 de Maio de 2017 em **Recife (PE)**. O Seminário promoveu um amplo diálogo nacional com atores do sistema de garantia

de direitos e contou com o apoio da **Secretaria Especial de Direitos Humanos / Ministério da Justiça e Cidadania**, o **Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Conanda)**, e com apoio local do **Gabinete Assessoria Jurídico Organizações Populares (GAJOP)**, de Recife.

Nesta oportunidade, foi realizada a Assembléia Geral do Movimento, com eleição do Grupo Gestor que escolheu Patrick Reason (Curitiba/PR) como secretário nacional. O Neca representado por **Dayse Cesar Franco Bernardi** participou do Seminário e da Assembléia Geral, tendo sido escolhido paracompor o atual Grupo Gestor do MNPCFC.

Com ações conjugadas nas regiões do país e o lançamento de manifestos dirigidos aos deputados federais e ao Congresso Nacional, o MNPCFC assumiu forte posicionamento técnico e político na defesa do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes acolhidos, manifestando-se contrariamente aos projetos de lei que pretendem fazer da adoção uma política pública com o abreviamento do tempo de acolhimento por meio da facilitação da destituição do poder familiar:

- Parecer sobre a PL 5850-2016 Autor: Deputado Augusto Coutinho, Relator: deputado Sóstenes Cavalcante;
- Manifesto CONTRA o PL nºs 5850/2016 e 6924/2017 dos deputados: Augusto Coutinho (SD/PE), Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ) e Carmen Zanotto (PPS/SC);
- Manifesto sobre a proposição do PL do Senador Aécio Neves protocolado sobre o numero: SF/17200.33886-93que visa alterar a lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, com vistas a aprimorar o processo de adoção.
- Insumos técnicos enviados pelo MNPCFC ao CONANDA para posicionamento do órgão frente aos PLs de Adoção, em especial ao Estatuto da Adoção de autoria do IBDFAM.
- Apoio, participação e incentivo na organização de movimentos locais sobre o tema.

Em Minas Gerais, integrou o Ato contra o Abrigamento Compulsório dos bebês filhos de usuárias de álcool e drogas do Movimento "De quem é esse bebê?". O movimento pede a individualização do atendimento a gestantes usuárias de álcool e drogas e instituição de um fluxo de atendimento para identificar e criar rede de apoio e tratamento. O grupo já tem a adesão de diversas entidades da sociedade civil e deórgãos oficiais para a utilização de um fluxograma de atendimento capaz de atender às necessidades de atenção e saúde desta mulher, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mais informações: *dequemeessebebe.wordpress.com*

Em São Paulo firmou parceria com o FICE Brasil e realizou com o Neca o IV Seminário Internacional sobre Qualidade dos Serviços de Acolhimento: o direito à convivência familiar e comunitária na perspectiva de adolescentes e jovens que vivem ou viveram a experiência de acolhimento. O evento contou com um encontro dos membros do MNPCFC presentes e sua participação em mesa específica, onde experiências al-

ternativas de cuidado foram apresentadas, deliberando-se como ações necessárias:

- Atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
- Atualização das Orientações Técnicas: serviços de acolhimento de crianças e adolescentes;
- Tipificação de serviços alternativos: guarda conjunta mãe-filhos, guarda subsidiada para família extensa;
- Incidência técnica e política sobre as propostas de lei de modificação do ECA quanto as medidas de proteção

Conheça a história de criação e as ações do Movimento, pelo site:
http://www.movimentonacionalpcfc.org.br/pt-BR/histories







Federação Internacional de Comunidades Educativas – FICE

O Neca filiou-se desde 2013 à FICE Internacional – Federação Internacional de Comunidades Educativas, a convite da Dra. Phil Anna Katharina Schmid, representante da FICE Suíça, tornando-se membro pleno do FICE Internacional em agosto de 2016 com a tarefa de ancorar o FICE BRASIL. Esta participação supõe o compromisso de organizar a seção nacional do FICE e ampliar o intercâmbio nacional e internacional.

Desde então, o FICE BRASIL vem recebendo a colaboração de parceiros internacionais nos seminários realizados pelo Neca, assim como participa dos eventos internacionais promovidos pelo FICE em diferentes países.

2017 foi um ano bastante difícil para o trabalho social no Brasil em razão da crise política e econômica que vivemos desde 2015. Também a participação no Comitê do FICE BRASIL sofreu esta instabilidade. Entretanto, conseguimos realizar em parceria com o FICE Internacional e o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária o IV Seminário Internacional sobre Qualidade dos Serviços de Acolhimento: o direito à convivência familiar e comunitária na perspectiva de adolescentes e jovens que vivem ou viveram em abrigos. Desenvolvemos neste evento um dos eixos fixados pelo FICE Internacional como meta que é o trabalho de ouvir adolescentes e jovens e pautar sua participação e opiniões para fixar indicadores de qualidade dos serviços de acolhimento.

A parceria com o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária mostrou-se uma estratégia importante para alcançar e fortalecer uma grande rede já articulada no país e possibilitar a ampliação do debate sobre o trabalho com crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social, cujas demandas precisam ser prioridade na agenda nacional.

Conseguimos colocar o site FICE BRASIL online – *http://www.ficebrasil.org.br*, e com isto podemos divulgar em língua portuguesa as informações e trabalhos produzidos pelos colegas do FICE de vários países e ainda, colocar aí algumas experiências brasileiras para compartilhar.

A visão do FICE BRASIL, em sintonia com o FICE Internacionalé a de estimular, apoiar e realizar ações conjuntas com movimentos e redes nacionais que desenvolvem projetos visando a melhoria da atenção integral à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, apoiando a formação dos profissionais e atuando ativamente na definição de leis e políticas que possam favorecer o desenvolvimento de contextos seguros, de famílias apoiadas e de políticas integradas de proteção.

Estabelecemos neste ano de 2017 os seguintes objetivos para a FICE BRASIL:

- Estabelecer parcerias com outras redes no desenvolvimento de ações e programas de fortalecimento da garantia dos direitos de crianças e adolescentes e da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos na área da proteção social e em outras áreas em programas integrados.

- Promover o intercâmbio nacional e internacional de conhecimentos e experiências no campo do trabalho da proteção e da educação social com crianças, jovens e famílias.
- Estreitar relações com outras iniciativas de formação de profissionais no Brasil e com outros membros da FICE Internacional e incentivar o intercambio profissional entre as organizações e entre os profissionais.

Além da participação no Movimento Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária – (MNPCFC) e na Federação Internacional das Comunidades Educativas (FICE), o Neca participa de outros movimentos como uma forma de fortalecer a articulação da sociedade na luta pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Rede Nacional Primeira Infância – RNPI

A RNPI é uma articulação nacional de organizações da sociedade civil, do governo, do setor privado, de outras redes e de organizações multilaterais que atuam, direta ou indiretamente, pela promoção e garantia dos direitos da Primeira Infância – sem discriminação étnico-racial, de gênero, regional, religiosa, ideológica, partidária, econômica, de orientação sexual ou de qualquer outra natureza.

Formada inicialmente por um pequeno grupo de cerca de dez organizações, a RNPI iniciou suas atividades em março de 2007. Hoje somos mais de 160 organizações de todas as regiões do Brasil.

A RNPI é composta pela Assembleia Geral, Grupo Gestor, Grupos de Trabalho e pela Secretaria Executiva que, eleita a cada triênio, é a organização responsável pela coordenação das ações da Rede.O Neca, representado por **Alice Bittercourt**,participa dessa Rede desde 2016. *www.primeirainfancia.org.br*

Rede Nossa São Paulo

A Rede Nossa São Paulo, apartidária e inter-religiosa, tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando uma cidade de São Paulo justa e sustentável.

Entre os programas temos o Observatório Cidadão, o Mapa da Desigualdade 2016, Pesquisas – IBOPE, Cidades Sustentáveis, Plano de Metas e Olho nas Metas. Mais de 700 organizações da sociedade civil integram a rede, que possui Grupos de Trabalho para subsidiar suas ações.

O Neca, representado por **Silvia Daffre**, tem participado ativamente do Grupo de Trabalho Criança e Adolescente, composto pelas organizações: UNICEF, Instituto Alana, Instituto Zero a Seis, Visão Mundial, Conhecimento Social entre outras. Um dos objetivos deste GT é trabalhara invisibilidade do tema da infância e da adolescência e mobilizar a política municipal para se comprometer com a garantia dos direitos deste público. *www.nossasaopaulo.org.br*

QUEM SOMOS

DIRETORIA (2017-2020)

Diretor Presidente | Celso Veras Baptista
Diretora Vice-Presidente | Telma Gutierres de Souza
Diretora Administrativa e Financeira | Maria do Carmo Krehan

CONSELHO FISCAL

Titulares
Dayse Cesar Franco Bernardi
José Carlos Bimbatte
Alice Duarte Bittencourt

Suplentes
Milton Fiks
Rita de Cássia Oliveira
Plínio Veras Baptista

COMITÊ GESTOR

Celso Veras Baptista
Maria do Carmo Krehan
Isa Maria Ferreira da Rosa Guará
Alice Duarte Bittencourt
Dayse Cesar Franco Bernardi
Milton Fiks
Maria Angela Leal Rudge
Maria Lúcia Gulassa

COMITÊ DE DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E PESQUISAS

Alice Duarte Bittencourt
Dayse Cesar Franco Bernardi
Elisabeth Seidl Machado
Irandi Pereira
José Carlos Bimbatte Jr.
Jose Eduardo Andrade
Isa Maria Ferreira da Rosa Guará
Maria Angela Leal Rudge
Maria Ângela Maricondi
Maria do Carmo Krehan
Maria Lúcia Gulassa
Milton Fiks
Neusa Francisca de Jesus
Silvia Gomara Daffre

APOIO ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO

Ana Maria Zagatti
Nicole Key Albacete
Matheus Oliveira de Souza
Marília de Lucca (Lily)
Wanderli Salgado Caruso

PROFISSIONAIS QUE PARTICIPARAM DOS PROJETOS

Alice Bittencourt
Maria do Carmo Krehan
Juliana Saliba Di Thomazo
Maria Lucia Gulassa
Patrícia da Matta
Milton Fiks
Isa Maria Guará
Maria Angela Rudge
Aline Garcia Aveiro
Dayse C.F. Bernardi
Lucas Souza de Carvalho
Marina G. Massari
Neusa Francisca de Souza
Yara Sayão
Maria Angela Maricondi
Maria Elisabeth Seidl Machado
Patricia Kelly
José Carlos Bimbatte
Irandi Pereira
Claudio Hortêncio Costa
Ana Lucia Catão
Gabriela Gramkow
João Clemente de Souza Neto
Maria do Rosário Corrêa Salles Gomes
Silvia F. MacDowell
Jane Valente
Alice Di Gam
Franciele Braga
Katia Hale

ASSOCIADOS ATIVOS (DEZ 2017)

Adriana Alcântara de Melo Pimentel
Albina Aparecida Caldeiran Martins
Alice Duarte de Bittencourt
Ana Carolina Paranhos de Campos Ribeiro
Ana Paula Alves de Lima
Ana Paula Pinke

Andrea Svicero
Antonio Jorge dos Santos
Catarina Volic
Celso Veras Baptista
Christiana Maria Bassi
Cláudia Fernandes
Claudia Maria Leal Marques
Claudia Maria Nobrega
Daiane Cristina Diniz
Daniela dos Reis Chagas
Dayse Cesar Franco Bernardi
Denise Andere
Dilza Silvestre G. Matias
Dulcinea Silesia Gasparini Santos
Edson Mauricio Cabral
Elaine Aparecida Fante da Paixão
Elfredisia de Oliveira
Eliana Hayden
Eliane Schutt
Elizandra Nascimento de Lima
Elma Soares
Fausta Alzirina Ornelas Pontes Mello
Fernanda Lacerda Silva
Flavia Domênica Pereira de Lima Lopes
Frederico Godoy
Helena Heloísa Rebello dos Santos
Irandi Pereira
Isa Maria Ferreira da Rosa Guará
Isabel Campos de Arruda
Ivone Aparecida Vieira da Silva
José Carlos Bimbatte Junior
José Eduardo de Andrade
Josenildo Luiz Gonzaga
Juliana de Marchi Patroni
Juliana Di Thomazo
Júlio César Vieira Guimarães
Juracy José da Silva
Lara Stresser Schmitt
Leila ZorkotSangalli
Liziane Vasconcelos Teixeira Lima
Luiz Rodovil Rossi Jr.
Luiza Aparecida de Barros
Marcelo Lourenço
Marcia Regina da Silva
Maria Amália FallerVitale
Maria Angela Leal Rudge
Maria AngelaMaricondi

Maria Angelica Rabelo Rodrigues Ribeiro
Maria Angélica Spagnuolo Molina
Maria Cecília Correia Leite Ishikawa
Maria do Carmo Krehan
Maria do Livramento de Aguiar
Maria Elizabeth Seidl Machado
Maria Emília Accioli Nobre Bretan
Maria Ignez Costa Moreira
Maria Liduína de Oliveira e Silva
Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa
Maria Lucia Dias Gaspar Garcia
Maria Luiza Ventura Soares
Maria Monica Bicalho Eugenio de Toledo
Maria Natalia Ornelas Pontes Bueno Guerra
Marina Massari
Marli Baptistella
Marlizete Maldonado Vargas
Marluce dos Santos Cosme
Meire dos Santos Barreto Silva
Milton Fiks
Mônica Marques dos Santos
Mônica NardyMarzagão
Neusa Francisca de Jesus
Nivaldo Manzano
Nyde de Moraes Moreira Sales Vieira
OdáriaBattini
Patricia Helena Duarte da Matta
Patricia Kelly Ferreira
Plínio Veras Baptista
Rebeca Eugênia Fernandes de Castro
Regina Rodrigues da Costa
Reinaldo Cintra Torres de Carvalho
Rilma Bento
Rita de Cássia Silva Oliveira
Renata Pedrosa Rodrigues
Roberto Barbosa dos Santos
Rosalina Oliveira
Rosangela Emília Binato Rodrigues
Sabino Manda
Silvia Daffre
Simone Saraiva
Tânia Teixeira Laky de Souza
Telma Gutierres de Souza
Weslley Ribeiro Carvalho Pimenta
Valdete de Barros Martins


NECA
Associação dos Pesquisadores
de Núcleos de Estudos e Pesquisas
sobre a Criança e o Adolescente


FICE
INTERNATIONAL
FEDERATION
OF EDUCATIVE
COMMUNITIES
CHILD AND YOUTH CARE AROUND THE WORLD


REDE NACIONAL
PRIMEIRA
INFÂNCIA


REDE
NOSSA
SÃO PAULO
10 anos


Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária